

## **Ata da 23ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreaú**

Aos 16 de julho de 2020, realizou-se a 23ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreaú de forma virtual, através da plataforma Cisco Webex, através do endereço <https://etice.webex.com/etice-pt/j.php?MTID=m6f5877a9f42dad7fdda4e4708a3e42a4>, onde participaram os seguintes membros do Comitê de Bacia: Marcos Antônio Monteiro Freitas titular da EMATERCE; Raquel Ferreira Gomes Rosa - titular da SEMACE; Joaquim Ferreira dos Reis, titular do DNOCS; Márcia Caldas e Carlos Campelo, titular e suplente da SRH; Osvan Menezes de Queiroz e Walber Cordeiro, titular e suplente da FUNCEME; Mardineuson Sena e Amanda Nunes Diógenes - titular e suplente do ICMBIO; Cristiane dos Santos Silva Coutinho titular da Prefeitura Municipal de Ibiapina; Roberto Chaves Ferreira e Guilherme Rocha, titular e suplente da Prefeitura Municipal de Granja; Eudes Tabosa, titular da Prefeitura Municipal de Martinópolis; Titular e suplente da Câmara Municipal de Senador Sá, Raul de Araújo Lima Neto e César Alves de Sousa Filho; João Paulo Lima de Almeida- titular da COOAF; Vilma Maria Portela Ferreira, titular do STR de Ibiapina; Inácio de Brito e Rita Fernandes, titular e suplente do STR de Mucambo; Pedro Ronaldo Lira de Oliveira, titular do STR de Camocim; José Neuciano Pinheiro Oliveira e Nayanna Santiago – titular e suplente do IFCE; Flávio Pereira de Souza – titular do STR de Cruz; Benedito Francisco Moreira Lourenço e Francisca Araújo Machado – titular e suplente da Fundação CIS; Francisco Azevedo de Souza – titular da FAEC; Emanuelle Rocha dos Santos – suplente do CETRA; Keila Aragão Correia, titular da Associação dos Pequenos Produtores da Lagoa dos Bitonhos; Yara Maria da Silva suplente da Associação Agroindustrial do Cajueirinho; Benedito Janes – Associação Comunitária de Volta dos Almeidas; Carlos Montiny – CAGECE; Ana Paula Lima do Vale – titular do SISAR BAC. Benedito registra que algumas ausências existem em virtude da indisponibilidade da internet. E que há também uma vacância na plenária. Benedito Lourenço, presidente do CBH-Coreaú, abriu a reunião dando as boas vindas e agradecendo a presença e o esforço em participar, mesmo com as limitações de acesso a internet, sendo um desafio efetivar ações como a realização das reuniões. Foi feita a chamada dos presentes, identificando um quórum de 70%, com a presença de 21 instituições- membro no início da reunião, porém no decorrer da reunião atingiu-se 80% com a presença de 24 instituições-membro. Como convidada esteve presente a Sra. Lilia Lindoso, do ICMBio. A reunião contou com a presença dos técnicos da COGERH: Bruno Rebouças – Diretor de Operações, Mateus Perdigão – GERIH, Kamyllle Prado, Coordenadora de Gestão, Dayane Andrade – Apoio, Bartolomeu Almeida – Gerente Regional da COGERH, Hiago Gomes – Coordenador do Núcleo Técnico. Foi apresentada a pauta pelo Presidente do CBH: 08:30 h – Abertura; 09:00 h – Verificação do quórum a partir da chamada das instituições membros; 09:40 h – Aprovação da ata da 51ª Reunião Ordinária do CBH-Coreaú; 10:00 h – Discussão da aprovação do Marco Regulatório do Saneamento e a definição de posicionamento do CBH-Coreaú; 10:20 h – Aprovação do Relatório Anual de 2020 (Meta Procomitê), orientação acerca da meta de capacitação de novos membros para o Procomitê; 11:20 h – Acompanhamento do processo de alocação nos açudes isolados, a partir das reuniões virtuais. 11:45 h – Agendamento de capacitações do CBH Coreaú – 2020, através de meio virtual. 12: 00 h – Encaminhamentos; 12:30 h – Encerramento da reunião. Em seguida, por sugestão do Sr. Marcos Monteiro da EMATERCE que

fosse feita a aprovação da ata, sem leitura, haja vista o envio da mesma antecipadamente por e-mail. Foi colocada em votação a aprovação da ata, devendo aqueles que tiverem ajustes a serem propostos se pronunciar. **A ata da 51ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade.** Em seguida, Benedito Lourenço passa a palavra para o Diretor de Operações, Bruno Rebouças. O Diretor falou que em virtude da agenda de trabalho sempre teve dificuldades de estar presente nas reuniões do CBH-Coreaú, e que a realização de reunião virtual possibilitou essa participação. Disse que irá acompanhar a reunião e se coloca a disposição para apoiar demandas do CBH e contribuir nas discussões. Sr. Inácio de Brito diz que em relação a alocação, devido a oferta que se tem e a necessidade das comunidades, acredita que pouco o CBH pode modificar. Se tem a oferta de água e tem a necessidade da comunidade por água, então é algo que se pode fazer sem muita discussão. Que em anos anteriores com a oferta limitada, se teve mais preocupação. E que a definição da alocação deve fazer sem muito ardeio e sem muita discussão. Benedito disse que está se tentando realizar as reuniões virtuais nos açudes isolados e onde não der vão se dar os encaminhamentos que foram definidos pelo CBH. Kamyille Prado propõe que se faça essa discussão, após a avaliação do primeiro ponto de pauta, que serão a discussão Moção de Repúdio acerca do Marco Regulatório do Saneamento, inclusive aproveitando a presença do Diretor de Operações da COGERH. E só informa que a reunião de hoje o tema alocação será mais enxuto, haja vista que a discussão dos parâmetros já foi feita na última reunião. E que hoje apenas será informativa o processo de como estão acontecendo as reuniões de açudes isolados, que foram deliberadas pelo CBH a serem feitas de forma virtual. Dando sequência a reunião, Benedito Lourenço apresentou uma proposta de moção, acerca da aprovação do Marco Regulatório do Saneamento com o seguinte texto: “NOTA DE REPÚDIO: “Comitê da Bacia Hidrográfica do Coreaú, órgão colegiado, que integra a estrutura da Política Estadual de Recursos Hídricos do Ceará, composto pelos segmentos: Sociedade civil, usuários, poder público Federal, estadual e municipal, neste ato representado pelo seu presidente, após aprovação do plenário reunido em sua 23ª Reunião Extraordinária, realizada em 16 de julho de 2020, vem a público externar esta NOTA DE REPÚDIO ao CONGRESSO NACIONAL, pelo ato de aprovação do Projeto de Lei 4.162/2019, que institui o Marco Regulatório do Saneamento Básico. Repudiamos o método utilizado pela Maior Casa Legislativa do Brasil na aprovação da referida Lei, aproveitando se da ausência de discussão da matéria com a população, que encontra se confinada devido a Pandemia da COVID 19, impedida de participar de eventos, discussões coletivas, sobretudo no debate de leis que atingem a todo/todas brasileiros(as). Assim, não houve mobilização, discussão do referido projeto, ão sendo assegurado o princípio da Constituição Federal o direito ao controle social e a participação. Subestimando a capacidade cognitiva e de análise, os Senadores e Deputados Federais aproveitaram a crise sanitária, econômica e social para aprovação do referido projeto de lei nefasto a sociedade, ao meio ambiente pois esconde da população brasileira os interesses de mercado do saneamento em controlar mais um bem, uma obrigação pública, direito a vida, água tratada sobretudo as populações mais pobres, as favelas e zonas rurais onde os custos de instalação e manutenção de saneamento não geram lucros. Numa farsa o Congresso Nacional, não considerou a experiência do país na gestão dos recursos hídricos, a partir da Lei 9.433/97, que estabelece a funcionalidade dos Comitês de Bacias. Ainda, sem análise da obrigatoriedade, do direito a saneamento como serviço de Estado, as Senhoras e Senhores Parlamentares, não observaram o imenso Passivo do país quanto á Política Pública de Saneamento, o Brasil nos seus 131 anos de República tem mantido os piores índice de saneamento, de nações subdesenvolvidas. Segundo o site [tratabrasil.org.br](http://tratabrasil.org.br) 46% dos esgotos do país não tratados; somente

21 municípios das 100 maiores cidades brasileiras tratam 80% de seus esgotos e 100 milhões de brasileiros não tem acesso ao serviço de coleta de esgoto. Por fim, reiteramos nosso repúdio a aprovação da referida Lei, bem como aos Senadores Cearenses, que reafirmaram seus interesses a privatização da água e do saneamento, cujo interesses são defendidos pelas grandes companhias interessadas na água como insumo industrial, e dos grandes serviços de saneamento que são superavitárias”. Benedito destaca que todos souberam pela imprensa que foi aprovado pela Câmara e Senado e ontem sancionado pelo Presidente da República o Projeto que trata do Marco Regulatório do Saneamento. E afirma que o perigo dessa aprovação se dá porque ela abre precedente para a privatização da água e da Política de Saneamento, mas que os defensores dessa pauta escondem essa informação. Foi aprovado em período de pandemia, quando a população não dispôs de discussão, não havendo nenhuma audiência pública nos Estados, nem discussão nos Comitês de Bacia. Simplesmente os senadores se reuniram e aprovaram em uma reunião virtual. Que esse projeto é do ano passado é de autoria do senador cearense Tasso Jereissati e todos os três deputados cearenses foram favoráveis, numa medida ingrata para os cearenses. E que alguns CBH estão fazendo uma nota isoladamente e que se tentou fazer isso conjuntamente, pelo Fórum Cearense do s CBH, mas que não viabilizou isso para os demais Comitês, focando uma atividade a ser trabalhada por cada Comitê de Bacia. E que vai trabalhar com alguns Comitês que possam fazer isso. Leu o texto e abriu para acréscimos e aprovação. E que a instituição que discordar, pode votar e que ata registrará votos contrários, bem como solicitação de ajustes. Ao final da leitura, Benedito Lourenço discorreu sobre a sanção presidencial que vetou o artigo 16 do projeto da lei, o deixando mais “anti-democrático” e “anti-povo”, que era um acordo dos governadores do Nordeste, para que as empresas estaduais pudessem renovar seus contratos por pelo menos mais 30 anos. E que agora as empresas estaduais terão que participar de licitação, caso queiram continuar fornecendo esse serviço. E que, no caso do Ceará, que tem uma empresa estadual, terão que conviver com essa problemática. Que o veto presidencial veta o contrato, pois alega que é um descompasso aos objetivos do marco legal, pois quando se abre pra privatização, para a concorrência pública, se você diz que tem contratos/ acordo de 30 anos já estabelecidos, você não dá prioridade para o objetivo pelo qual a lei foi inserida. Ele obriga que os governos locais abram licitação para exercer os contratos locais, e cita como exemplo a CAGECE. Ele facilita a privatização das empresas de saneamento e também a possibilidade de se aumentar o tempo de existência dos lixões, pois a lei dos resíduos sólidos e que só se tem protelado a sua execução. E diz que a água é um bem essencial a vida. E que se privatizou-se a telefonia, e que se vive sem telefone. Que privatizou a energia e que se vive até sem energia. Mas que não se vive sem água e que viver sem água e esgoto é dificultar, prejudicar a vida do povo. E que os mandatários do Brasil não reconhecem isso. Sr. Osvan da FUNCEME diz que é totalmente a favor da moção e diz que é absurdo que os políticos sejam favoráveis a tal lei, principalmente no Cará, que está inserido no semiárido e que é um serviço que é realmente estratégico para o Estado e que não deve sobretudo visar lucro e que é um dever do Estado e que há muito tempo deveria ter evoluído e que isso não ocorre em virtude da política de saneamento que é precária e que não tem atingido os seus resultados. E que o Estado tem que trabalhar isso e que não se deve permitir que seja privatizado ou entregue para as empresas que só visam lucro. Sabe-se que parte desse serviço dá lucro, mas que a maior parte não dá nenhum lucro ou pouco. E parabeniza o CBH estar se manifestando nessa discussão. Inácio de Brito, do STR de Mucambo, diz que achou uma iniciativa maravilhosa e sugere que nesse momento em que estão impedidos de realizar manifestações presencial, que está se defendendo nosso objetivo, que se possa

fazer com que essa nota com esse conteúdo, ou quem queria fazer de forma diferente, já que todos serão atingidos por essa lei e terão prejuízo, que pudesse fazer coro a nota de repúdio mandando algo para o Congresso, para o governo. E que se possa pedir mudança na lei, a retirada do veto do artigo 16, etc. E que a proposta do Comitê é maravilhosa e que se possa estender a nota pra outros segmentos da sociedade. Benedito Lourenço diz que a nota após aprovada ela fica aberta aos sindicatados para fazer isso na sua base, aos vereadores que fazem parte do plenário e queiram discutir nas suas Câmaras, pois o saneamento é uma atribuição da cidade, de município e atinge a todos. Que vai ser disponibilizada pra ser conversada e encaminhada pra outros segmentos. Marcos Monteiro sobre a privatização diz que no Ceará os serviços que tiveram privatização, tem-se piorado nos atendimentos, na solução de problemas simples que seja e que para conseguir resolver água nessas empresas é complicado. E que no caso do saneamento, se faltar água numa caixa d'água vai ser um problema. Diz que foi muito bem lembrado e bem importante que se faça essa nota. E que outros CBH façam para reforçar. Benedito pergunta se tem algum empresário que quer levar água pra vilarejos, pequenas cidades e favelas se não tiver lucro? E deixa para reflexão. Montiny da CAGECE diz que a moção é válida e oportuna, e parabeniza a iniciativa do CBH. Disse que houve até uma boa discussão sobre esse assunto, com a ABES, mas que não foram ouvidas as reivindicações. E acredita que o saneamento pode evoluir bastante com as estatais e que tem técnicos muito bons e que poderia evoluir de outras formas com as estatais estando a frente, abrindo mais recursos para investimento, as parcerias público-privadas também era uma oportunidade. Mas diz que a única coisa que foi ouvida e acatada foi a possibilidade dos contratos de programa até 2022 permanecerem até 30 anos. Diz que a CAGECE hoje já tem 85% de seu faturamento com contratos renovados com contrato de programa. E a questão de regionalizar as áreas, pois algumas regiões do Ceará, por exemplo dão algum impacto ou tem bom faturamento, que o caso de Fortaleza. E que o resto do Estado é deficitário. E diz que o Ceará praticamente é uma região única, pois apenas Fortaleza é o único que dá resultado financeiro positivo e se não tiver o município não compensa financeiramente. E quando for licitar, que se pegue regiões com blocos de município pra tentar se amenizar isso, para que a empresa privada não queira apenas a cidade viável economicamente e as demais não. E diz que o Presidente da CAGECE ressalta que é importante que se faça um estudo de viabilidade, pois se tratando de água e esgoto é necessário o Estado do Ceará é um bloco só, pois não estando Fortaleza, não vale a pena. Que é preciso, portanto, expressar esse descontentamento com a lei. Que não houve discussão sobre tarifa. E que não se sabe ainda quanto isso impactará financeiramente ao brasileiro. Que parte da população é carente e que a empresa pública sempre tentou fazer investimentos sem onerar o bolso do consumidor, com a tarifa mais baixa, ainda mais no Ceará que se tem uma população carente. E que esse ponto não foi esclarecido e que as Companhias estatais podem investir mais se fossem abertos mais recursos para elas. Disse que se fala que as companhias estatais estão há anos na gestão e que não conseguiam avançar. E que isso não é verdade, pois está avançado, mas não no ritmo que se espera, porque enquanto setor público se tem muitas amarras e que o recurso é limitado. E que agora o que se deve fazer é se manifestar para que se explique alguma coisa pra população brasileira. Benedito Lourenço diz que foram aprovadas as diretrizes e que depois vem os decretos que regulamentam, a questão dos procedimentos de custos, tarifas, regionalização. E que estão previstas “trevas” que se não houver manifestação do povo contra isso. Montiny pede que Benedito esclareça o veto que foi realizado pelo presidente. Benedito destaca que foi o veto do artigo 1º que era um acordo dos deputados da bancada do Nordeste, do Presidente da Câmara e alguns governadores do Nordeste. Diz que não

será mais possível renovar os contratos por mais trinta anos. Que alguns governadores e prefeitos pensam que assim vai se dar uma sobrevida a política de saneamento que estava sendo realizada. Montiny diz que para o Ceará isso é muito ruim. E que os contratos no Ceará estão renovados nos maiores municípios e que os pequenos não podendo renovar, diz que tem que ser sincero, o setor privado não vai ter interesse em atuar. E que são coisas que se tem que entender melhor, onde quer se chegar com isso. Benedito Lourenço diz que cabe a todos realizar manifestação pública, como a do CBH, e que é uma política para se tentar estabelecer uma mobilização social em torno disso. E que deve-se agora esperar que o governo do Ceará e as instituições que fazem a política de saneamento do Estado, qual o posicionamento dela, quando vier o Decreto Normativo, pra ver qual é o posicionamento do atual governo. E que o Ceará ainda está com cerca de 40% do governo do Camilo Santana, para que o Estado possa dizer em que lado ele fica. Márcia Caldas disse que a questão do saneamento foi lamentável, que concorda com a nota de repúdio. E que enquanto Sistema de Recursos Hídricos e Comitês de Bacias, falhamos em não ter discutido antes. Que não se estava acreditando que chegasse a esse ponto. E diz que isso no ano passado no Fórum Nacional não foi sequer ponto de pauta no plenário como um todo. E que havia até uma nota de repúdio por não ter discutido antes e que até foi, mas por um grupo muito pequeno. E que todos foram pegos de surpresa e que cabe uma Nota de Repúdio do Fórum Nacional dos Comitês de Bacia. Benedito Lourenço diz que algumas pessoas dos Comitês puxaram essa discussão, mas que o Fórum Cearense não ouviu e nem encaminhou e que esteve no penúltimo encontro Nacional que foi Santa Catarina, em Florianópolis e que lá o projeto tinha encaminhado pelo Tasso, já naquele ano, e que solicitou que o Fórum encaminhasse uma nota de repúdio. E que nem sequer a nota de repúdio foi votada. Ficaram todos adormecidos achando que isso não ia acontecer e que se não se organizam “a boiada passa mesmo”. **Foi aprovada a Moção de Repúdio do Marco Regulatório do Saneamento por unanimidade, sem acréscimo ou texto.** Benedito diz que a nota será estruturada e enviada a todos os membros e deve ser discutida com todas as suas instituições a possibilidade de ser trabalhada essa temática, nos espaços de assembleias sindicais, nos programas de rádios sindicais, nos espaços das assembleias sindicais. nas instituições públicas, pro destino aos órgãos que dizem respeito a importância dessa nota, CAGECE, SISAR. E diz que em agosto vai se fazer uma capacitação, uma discussão sobre o Marco Regulatório com alguém da COGERH e CAGECE e que deverão incluir o SISAR. E que pretende envolver as instituições que prestam serviço de saneamento no Estado do Ceará. Sobre as alocações dos açudes isolados, Benedito diz que estão sendo realizados os procedimentos para alocação através de reuniões virtuais. Que foi feita a reunião de alocação do Tucunduba, que foi satisfatório, assumida pela Comissão Gestora. E ressalta que quando o processo organizativo existe, ele se efetiva e fica mais fácil a exequibilidade de todos os procedimentos. E que é o caso do Tucunduba. Que a reunião foi Coordenada pelo Coordenador da Comissão Gestora. Diz que a medida de fazer as reuniões virtuais é uma tentativa de envolver o máximo a população para que não se fique decidindo por ela, como estão fazendo as autoridades durante a pandemia. E que o CBH está fazendo o esforço pra reunir o máximo de pessoas, mesmo na pandemia. E que mesmo tendo condições de se estabelecer parâmetros e definições regulatórias de alocação, mas que se prefere fazer o esforço de que a população participe e ocupe seu espaço. E que no Tucunduba se conseguiu fazer. Hiago Gomes, Coordenador de operação, diz que esse período de aprendizado e reinvenção. Diz que a reunião do Tucunba foi a primeira no formato de reunião virtual, com a Comissão Gestora que já está instalada há um tempo, que é bem atuante e ativa. E que alertou também para melhorias nas metodologias para adaptações do formatos virtuais,

inclusive das apresentações. Que os núcleos de gestão e operação tem feito diálogo pra melhorar a comunicação. E que a reunião do Angicos, que não tem Comissão Gestora instalada, conseguiu-se fazer uma apresentação mais metodológica e didática, mas não se atingiu o quórum, comparecendo apenas 9 usuários e a média seriam 18. Mas que o intuito é sempre melhorar as estratégias de mobilização e comunicação pra ter-se o entendimento e uma participação consciente de como o processo funciona e está acontecendo. Kamyille Prado destaca que a reunião do Tucunduba foi muito boa, mobilizada pela própria Comissão com apoio da COGERH Sobral, e que se teve uma grata surpresa, pois mesmo com a dificuldade de internet na região, eles se mobilizaram para que o processo de decisão ocorresse através deles. E que, no caso de Angicos, foi feito contato com as instituições dos 5 municípios que atendem o açude, os demais usuários participantes das últimas reuniões de alocação (dos últimos 5 anos), mas que infelizmente a participação foi pequena e que, portanto, a reunião tornou-se apenas informativa. Ou seja, a vazão provisória aprovada pelo CBH, caso não desse quórum (média das reuniões de alocação dos últimos 3 anos daquele açude), esta ficasse validade. Assim a reunião não teve efeito deliberativo, mas apenas informativa. Mas ficou em aberto que caso a comunidade percebesse que a vazão aprovada, que foi a mínima, não estivesse atendendo aos usos, que solicitassem nova reunião. E que esta também precisaria ter quórum pra mudar a vazão definida pelo CBH, porém respeitando o parâmetro definido pelo CBH. Kamyille apresenta o calendário das reuniões virtual dos açudes isolados: 21 de julho – Gangorra; 10 de agosto – Martinópole; 20 de agosto – Açude Itaúna. Diz que pra cada reservatório está sendo levantada uma lista de usuários, bem como criado um grupo de whatsapp para mobilizar e sensibilizar para essas reuniões. Pede que as instituições do CBH, que estão próximas a esses reservatórios, participem das reuniões e se comprometam com o processo de mobilização. E participando, os membros conseguem dar visibilidade do CBH, compreender o processo de alocação local, mas também dar esclarecimentos acerca de como o processo de discussão está ocorrendo esse ano. No caso do Gangorra, próximo açude a ser alocado, convida as instituições de Granja, Prefeitura, SAAE e Associação Volta dos Almeidas. Acredita que será difícil a mobilização e a adesão a alocação no açude em virtude da dificuldade de internet, que muitos usuários e participantes históricos nem sequer tem número telefônico. E que mesmo que a reunião não seja deliberativa, que se possa ter um espaço de dar informações, de comunicação com a comunidade e de se manter a mobilização. Não tendo essa comunicação serão quase dois anos até a próxima alocação sem contato com esses usuários. Benedito solicita para Kamyille Prado já tratar da questão das capacitações do CBH. Kamyille Prado fala sobre o Procomitês, Programa de Fortalecimento dos Comitês de Bacia, da Agência Nacional de Águas. Diz que os CBH do Ceara aderiram a esse programa em dezembro de 2019. Ele estabelece que o colegiado deverá cumprir anualmente metas, ele pactua metas com a ANA (mobilização, reuniões ordinárias, capacitar novos membros, etc) ao longo de cinco anos, tendo cada ano suas metas específicas. E que a cada ano terá que ser comprovado a ANA, através de encaminhado a SRH e ao CONERH, a realização dessas metas, que avalia o cumprimento destas e com o percentual que tiver sido atendido dessas, ele desloca o recursos proporcional a esse percentual aos Comitês do Estado. Todos os CBH do Estado estão fazendo isso. Explica quais são as metas e como é processo de incentivo através do pagamento de um recursos de 500 mil reais anualmente a todos os CBH. E que até o final de julho estarão sendo validadas as metas de 2019. Porém mesmo o CBH tendo assinado contrato apenas no final de 2019, precisarão comprovar metas de 2019, como se durante todo aquele ano já estivesse ciência da necessidade cumprir todas essas metas pactuadas. E que algumas dessas metas e desse processo,

que ainda está sendo melhor compreendido, tem o CBH que realizar algumas ações para atingir metas que são de 2019. E que uma delas seria a aprovação do Plano de Trabalho de 2019, bem como o Relatório Anual de 2019. O CBH vai ter que comprovar para a ANA que em 2019 o CBH realizou seu planejamento e que também o avaliou. E que o relatório anual de 2019 deveria ter sido feito no início desse ano, mas que o foco foi aprovar o de 2020 e os encaminhamentos de forma extraordinária de audiência pública pra tratar do Marco Regulatório do Saneamento. Mas a ANA deu condições pra que se fossem feitas essas ações retroativamente, haja visto que o contrato só foi firmado no final do ano. E diz que o CBH-Coreaú fez seu planejamento com a COGERH para questões de orçamento, como também a Diretoria, através de seu Presidente apresentou um proposta de ações para aquele ano, que foi encaminhado pra COGERH também, mas que precisa ser apresentado no formato da ANA e aprovado. E que no relatório Anual, que também precisa ser aprovado, com o que efetivamente conseguiu-se realizar do planejamento de 2019. E já tratando do outro ponto relativo ao Procomitê, que seria o item Capacitação de Novos Membros, que exige a capacitação dos novos membros em 16 horas, em até 120 dias de sua posse. No momento da pactuação das metas, onde o Comitê informa o que já realizava, o CBH-Coreaú, declarou que não executava essa atividade, porém a ANA declara que esse item do programa é obrigatório. Ou seja, mesmo o CBH afirmando que não executava essa atividade em 2019, ele terá que comprovar sua realização para atingir as metas. E esclarece que foi feita Capacitação de novos membros nesse CBH, mas que ela não foi de 16 h, como exige o Programa. Que ano passado houve a Capacitação em Metodologias Participativas, em Cruz, mas que esta foi de, no máximo 10 horas. E quem precisa comprovar que esteve na capacitação são os novos membros. Para o Programa, os novos membros são aqueles que na renovação adentraram no CBH pela primeira vez e que nunca anteriormente tinham participado de outro Comitê de Bacia. Que estes deverão comprovar capacitação de, no mínimo, 16 horas. E que o prazo é até o dia 30 de julho pra entregar os certificados dos membros novatos de 16 horas. Que alguns já tem algumas horas de capacitação, mas que muitos não participaram da atividade em Cruz. E que por isso, tem encontrar estratégias para que o CBH possa se capacitar e comprovar. E que a Dayane Andrade já identificou quem são os novos membros está fazendo esse contato com os novos membros do CBH dando apoio e orientação. E que foram enviados alguns links de cursos on line, gratuitos que podem ser feitos para comprovar essa meta. Mas que muitos membros tem afirmado que não conseguem acessar os cursos disponíveis na internet através de celular, que é o único equipamento disponível a várias dos membros. E que por isso pensou-se na realização de capacitações, no formato de “lives”, de duração de 2 horas cada um. Seriam 5 encontros de 2 horas, em que serão controladas as presenças de quem estiver presente, e que serão produzidos certificados com o total de horas por eles realizados. Benedito Lourenço apresenta a proposta de agenda de capacitação virtual, que seriam: Dia 20/07 – 14: 00 às 16:30, tema: A atuação da Cáritas Diocesana na Convivência com o Semiárido, com Palestrante José Maria Gomes Vasconcelos; Dia 22/07 – 15:00 às 17:30, tema: Unidades de Conservação e sua função na preservação dos recursos Hídricos, com Palestrante Mardineuson Sena (ICMBio); Dia 24/07 – 09 às 11:30, tema Marco histórico do CBH Coreaú, com Palestrante Benedito Francisco Moreira Lourenço apresenta um tabela com as seguintes informações: Dia 28/07 – 15:00 às 17:30, tema Processo de participação, desafios e perspectiva, Palestrante Benedito Francisco Moreira Lourenço; Dia 30/07 – 15:00 às 17:00, tema Como falar de sustentabilidade integrando diversas visões, Organizador Jorge Trindade AMA. Diz respeito a política de atuação de que cada instituição faz. Benedito convida a todos os membros, não só novatos, mas que as pessoas que precisam ser

atingidas que estejam. E que a Secretaria Executiva tem essa lista, mas que os veteranos que fazem história no Ceará possam participar, mas que essa proposta foi pensada pra cumprir essa meta do CBH. Kamyille destaca que as pessoas são: Manuel Ferreira da Prefeitura de Martinópolis, Sr. Francisco Wellington, Emanuella Rocha CETRA, Yara Maria – Associação Cajueirinho, Associação Alto dos Ximenes, Benedito Janes e Sr. Francisco das Chagas e Jeorge Carneiro do SAAE de Granja. Kamyille Prado diz que os temas são muito interessantes e que todos devem prestigiar, pra que se possa conhecer as instituições que estão dentro do CBH, o que elas fazem, pra que se entenda a relação delas com o trabalho do CBH, e que todas possam se sentir mais próximos, entendendo o que essas instituições podem contribuir com as demais. E reforça a fala do Benedito para que todos, independente de novatos ou não, participem. E que os links serão colocados no grupo do CBH. E diz que os membros citados como novos que tenham acesso a internet, que façam sua capacitação, haja vista que muitos membros sem acesso a internet nesse período não terão como cumprir essa atividade. E que, conforme informado pela ANA, será comprado de 2019 o atingimento de pelo menos 75% dessa meta. E que esses novos membros precisarão realizar cursos on line e as lives, já que os encontros virtuais terão certificação de, no máximo, 10 a 12 horas (considerando que cada live terá de 2 a 2,5 h). Benedito diz que deverá fazer uma programação com outras instituições do CBH que tem potencialidades para cumprir metas do Procomitê, Após a discussão sobre a Capacitação, Benedito apresenta o Plano de Trabalho do CBH Coreaú de 2019. Explica que a tabela integra os arquivos do Procomitê e diz que essas ações no documento já foram apresentadas e aprovadas pelo CBH em momento anterior, e que algumas conseguiu-se executar e outras não. Kamyille apresentou o plano de 2019, conforme itens na tabela: Mobilizações das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias; Atualização do site do CBH; Reuniões Ordinárias do Comitê (4 reuniões realizadas com objetivos específicos cada uma – 46ª a 49ª Reunião Ordinária), Capacitação de Novos Membros do CBH-Coreaú (que tratou sobre o metodologias participativas); Reunião de Câmara Temática e Grupos de Trabalho (Comunidades de Moraújo e Uruoca e Grupo de Trabalho do Produtor de Água), Seminário de Lançamento do Projeto Produtor de Água, Capacitação da Comissão Gestora do Tucunduba (Planejamento), Seminário de Discussão do Vale do Angicos, Evento de Águas Subterrâneas, Seminário das Cartilhas de Revitalização de Nascentes, Capacitação do CBH em Ferramentas de Gestão Participativa, Capacitação do Papel do Comitê e de seus membros, Reunião de Trabalho pra discutir a Serra da Penanduba, Reuniões de Diretoria. Benedito aproveita para informar que o Encontro da Desertificação foi adiado para os dias 16 a 18 de março de 2021, em Quixadá e que há um grupo de whatsapp da Comissão que continua estabelecendo contato, que está sendo manejado para veicular informações relacionadas. A reunião está se reunindo e definiu que a cada dois meses vai fazer uma live para discutir temáticas relacionadas. E que no dia 2 de julho teve um “live” que foi muito positiva, avaliada como exitosa pela organização preparatória do evento, com a participação da FUNCEME. Enaltece a presença da Professora Sônia pra deixar na discussão claro o que o Governo de Ceará está viabilizando para minimizar os efeitos desse processo. E a presença do Professor Flávio Nascimento que discutiu como a academia discute a temática da desertificação. E que estão com um propósito de fazer uma “live” em agosto para discutir saneamento, tendo em vista que a Assembleia Legislativa do Ceará tem um programa chamado “Pacto pelo Saneamento” e que assim querem materializar uma discussão sobre o Marco Regulatório. Mas estão querendo fazer algo maior, envolvendo um conjunto de instituições, envolvendo gente do Senado, da Câmara e não só o CBH do Coreaú e do Banabuiú. E que deverão estabelecer uma nova programação de atividades, como novo calendário

para apresentação de trabalhos científicos, no Encontro do Quixadá. E sobre a Penaduba, além da reunião feita em Frecheirinha, e que teve um encaminhamento junto ao governador dessa questão, no momento dos Encontros do CBH do Estado. E que essa foi uma das metas que ficou na prioridade do governo, que estabeleceu um programa chamado “Nascentes”, que é a criação de unidades de conservação estaduais estratégicas. E lançou um mapa situacional do Estado, das unidades de conservação do Semiárido e a Penaduba está inserida nessa pauta. Deverão ser criadas 12 unidades de conservação no semiárido cearense, pois existe um deficit muito grande de proteção no ambiente semiárido e que a desertificação e a degradação estão aumentando. Que tem algumas áreas que ainda são relíquias de algo que possa ser continuado e protegido para as futuras gerações, senão nada restará “pedra sobre pedra”. O Estado definiu criar 12 unidades em todo o Estado, mas não pode fazer agora todas, então selecionou cinco, dentre elas a Penaduba, porém que não tem mais detalhes. O que tem é um mapa que foi apresentado por ocasião da Semana do Meio Ambiente e que depois pode encaminhar aos demais membros. Diz que faz parte de um grupo de estudo vinculado ao IFCE de Iguatu, chamado “Projeto Geoáridos”, um grupo de geógrafos e lá estuda a Penaduba. E que está sendo trabalhado um artigo científico assinado por ele e os Professores Nataniel Albuquerque, professor José de Sousa da Costa (do ensino médio do Araquém) Aprovado encaminhamento de denúncia de construção irregular na APP do rio Coreau, na localidade de Campanário a ser encaminhada pro Ministério Público de Uruoca. Eu Adriana Kamylyle Prado Pereira Guarani redigi esta ata. e o professor Cleanto, também do Iguatu. E que encaminharão para uma revista científica e que será um documento essencial para justificar os aspectos técnicos da Penaduba. Foi colocado em votação e aprovado o Plano de Trabalho de 2019 do Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreau. Em seguida, Kamylyle Prado apresentou o Relatório Anual de 2019, ou seja, o que foi de fato realizado pelo Comitê de Bacia. Os pontos apresentados foram: Mobilizações das Reuniões Ordinárias e Extraordinárias; Atualização do site do CBH; Reuniões Ordinárias do Comitê (4 reuniões realizadas com objetivos específicos cada uma – 46ª a 49ª Reunião Ordinária), Capacitação de Novos Membros do CBH-Coreau (que tratou sobre metodologias participativas); Reuniões Extraordinárias do CBH-Coreau (20 e 21ª Reuniões), Reunião de Câmara Temática e Grupos de Trabalho (Comunidades de Moraújo e Uruoca e Grupo de Trabalho do Produtor de Água), Capacitação da Comissão Gestora do Tucunduba (Planejamento), Capacitação do CBH em Ferramentas de Gestão Participativa, Capacitação do Papel do Comitê e de seus membros, Reunião de Trabalho pra discutir a Serra da Penaduba, Reuniões de Diretoria. **O Relatório Anual de 2019 foram aprovados por unanimidade pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreau.** Declara encerrada a reunião pedindo que todos se cuidem, afirma que o CBH precisa da vida Benedito abre o momento de informes. Sr. Inácio de Brito pergunta se a estrutura para o evento de Desertificação se manterá. Benedito Lourenço diz que estão buscando viabilizar. Disse que do ponto de vista da municipalidade, em virtude de eleições, precisará ser feito novo acordo. Mas que a participação da COGERH está certa. E que a configuração principal do evento se mantém, mas que pretendem melhorar. Por exemplo, a academia solicita que se tenha meia hora pra apresentar os trabalhos, mas que precisaria de mais alimentação pra atender essa demanda. Diz que amanhã fará uma visita de observação nas áreas do ponto focal do Projeto Produtor de Água, no município de Granja, que foi eleito como município focal. E que vai estar atuando no médio Itacolomi, que é afluente do Coreau, no município de Granja. E que participará o Sr. Roberto Chaves, pra poder fechar o projeto. E que o município de Ibiapina ficará para um segundo momento, e que tem uma meta para inserir o município de

Ibiapina, para se construir com esse o plano de intervenção em fragmentos de mata atlântica, pois assim vão estar alinhados com a Reserva da Biosfera, que é fundamental, pois assim o município assim poderá acessar o fundo e participar de atividades. Benedito diz que está havendo uma ocupação irregular, na margem do rio Coreaú, na Ponto do Campanário, na APP, no enrocamento e que o rio passa numa fratura de rocha e que está sendo construído um restaurante bar, uma estrutura em cima da APP, em cima do talude do enrocamento do rio. Fez uma fotografia com coordenada, com localização e que enviou ontem à noite para o Presidente da COGERH, para o Cleverton Caçula da SEMACE, solicitando uma vistoria local e urgência para não deixar que o proprietário termine a obra. E que o proprietário não pode concluir a obra senão ele se vê com direito garantido por ter uma obra como aquela, até porque no local tem uma ponte. Que enviou o e-mail também para o Gerente da COGERH de Sobral e para Kamyille. E que gostaria de enviar esse procedimento para o Ministério Público de Uruoca, já que envolve a localidade de Campanário. Pede a aprovação pelo plenário, para constar em ata e encaminhar expediente de envio de denúncia a Promotoria Pública de Uruoca. Sr. Roberto Chaves diz que é favorável e diz que tem que se tomar providência e que quanto mais cedo melhor. Benedito diz que acredita que esse procedimento se aprova por aclamação e que já fez um procedimento que foi formalizar por e-mail. E citou neste que hoje estaria encaminhando no plenário uma definição para que outra providência pudesse ser procedida. E propõe que esse caso seja logo encaminhado ao Ministério Público por tratar-se de algo que não pode mais ocorrer em pleno século XXI, com todas as leis que protegem os recursos hídricos. Joaquim Ferreira dos Reis cita caso ocorridos nos reservatórios e que deve ser feito com urgência, antes que termine a obra. Benedito diz que lá já estão fazendo tudo, inclusive piso de cerâmica. **Foi aprovado por unanimidade esse encaminhamento de envio de denúncia da construção irregular para o Ministério Público de Uruoca.** Kamyille informa que não recebeu o e-mail e que orienta Benedito a fazer a denúncia através de telefone, no 155 e através do Portal Ceará Transparente. Que quando você faz a denúncia do Portal é gerado um prazo pra resposta, assim como é gerado um protocolo. E pediu que fosse reenviado o e-mail. Benedito fez os agradecimentos a todos, falou da necessidade da preservação da vida de cada um e destacou que o CBH depende da funcionalidade de cada uma de suas instituições e dá por encerrada a reunião. Eu, Adriana Kamyille Prado redigi essa ata. Encaminhamentos: 1 – **A ata da 51ª Reunião Ordinária foi aprovada por unanimidade.** 2 - **A moção de repúdio da Aprovação do Marco Regulatório do Saneamento foi aprovada por unanimidade e deverá ser encaminhada as instituições envolvidas.** 3 - **O Plano de Trabalho de 2019 do CBH-Coreaú e o Relatório Anual de 2019 foram aprovados por unanimidade pelo Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreaú** 4 - **O estudo e aprofundamento sobre o Marco Regulatório do Saneamento no Brasil (em agosto); e a causa e efeitos das macrófitas nos açudes das bacias do Acaraú e Coreaú foram aprovados por unanimidade pela plenária.** 4 – **Os membros do CBH Acaraú deverão acompanhar e participar da alocação dos açudes isolados, como forma de apropriar-se do processo de alocação para tomada de decisão.** 5 - **Aprovado encaminhamento de denúncia de construção irregular na APP do rio Coreaú, na localidade de Campanário a ser encaminhada pro Ministério Público de Uruoca.** Eu Adriana Kamyille Prado Pereira Guarani redigi esta ata.